

## Os hospitais de Coimbra e a alimentação dos seus enfermos e funcionários (meados do séc. XVIII – meados do séc. XIX)

Maria Antónia Lopes  
Universidade de Coimbra  
mafilopes@netvisao.pt

### Explicitação de um título aparentemente óbvio

Muitas vezes, porque nos são familiares, não questionamos a possibilidade de vocábulos correntes designarem realidades que no passado eram bem distintas daquilo que conhecemos. Julgo não me enganar ao pensar que é exactamente isso que acontece quando me refiro a hospitais e aos seus doentes e funcionários na transição da Época Moderna para a Contemporânea. E o mesmo se diga, aliás, sobre o que significava então a alimentação no internamento hospitalar.

A convicção que em geral colho é de que, tal como hoje, todos os segmentos sociais entravam nos hospitais para se curar. É também comum pensar-se que o tratamento dos enfermos estava a cargo de freiras e que, dadas as condições higiénicas e terapêuticas da época, a grande maioria dos internados morria. Nada disto corresponde à realidade portuguesa anterior a finais do século XIX.

Seria impensável que numa sociedade onde imperava a diferença, que se construía como uma “cascata de desprezos” (Braudel), não só fidalgos mas também letrados, mercadores, mestres de ofícios e até meros oficiais mecânicos admitiessem partilhar espaços com pobres pedintes, vagabundos, prostitutas, miseráveis que, porque não tinham quem lhes proporcionasse agasalho, alimentação e curativo, recorriam a instituições por todos consideradas, por isso mesmo, casas de caridade e não as actuais instituições de saúde de vocação social universal.

Sendo a terapêutica médica tão incipiente, podia, com vantagem, ser aplicada em casa, longe dos contágios hospitalares e beneficiando de cuidados familiares que não eram inferiores aos de enfermagem, por serem os enfermeiros pessoas de baixa extracção sociocultural e sem qualquer formação profissional. Logo: aqueles que podiam eram tratados nos domicílios com dietas ricas em carne, geralmente de galinha, mezinhas aviadas nas boticas receitadas pelos médicos em visita domiciliária, sangrias aplicadas pelos cirurgiões ou sangradores. Assim sendo, os hospitais eram instituições de caridade, pois só os pobres pediam o internamento. Isto é, aqueles que não tinham meios para pagar a visita médica domiciliária, para comprar medicamentos e as imprescindíveis galinhas. Aliás, como ninguém podia prever as futuras conquistas da ciência médica e os progressos hospitalares, acreditava-se que com a melhoria das condições de vida, os hospitais – casas de caridade para indigentes – iriam desaparecer ou, pelo menos, diminuir drasticamente. Assim o declarava Henriques Nogueira em 1851<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> José Félix Henriques Nogueira, *Estudos sobre a Reforma em Portugal in Obra completa...*, I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1976, p. 108.

Quanto à eficácia terapêutica, os estudos de que dispomos demonstram que a maioria dos internados sobrevivia, o que só pode explicar-se pela circunstância de que grande parte dos internados baixava aos hospitais por esgotamento, fome, frio, desamparo e não por doença propriamente dita. Nestas instituições encontravam abrigo, alimentação abundante e repouso. E era esta tríade a verdadeira e mais eficaz terapia. Assim sendo, a alimentação hospitalar era absolutamente fulcral.

Existiam na época os chamados hospitais de convalescença (normalmente meras enfermarias), considerados da maior importância. É isto porque a clientela hospitalar não possuía em casa quaisquer condições, sendo obrigada a trabalhar sem que ainda o pudesse fazer. Como resultado, os convalescentes recaíam rapidamente, regressando ao hospital ou morrendo pouco depois. Os hospitais da convalescença permitiam aos doentes restabelecer-se, proporcionando-lhes alimentação e alojamento enquanto ganhavam forças.

Para os tratamento dos militares, a Coroa portuguesa adoptou três soluções. A mais vulgar foi a realização de contratos com as misericórdias que dispunham de hospitais para que estas assegurassem o tratamento dos soldados a troco de pagamento (contratos em geral ruinosos para as Santas Casas por ser o Estado mau pagador). Quando não era possível, a Coroa fundava hospitais militares, muitos de existência efémera, desmantelando-os quando os conflitos bélicos se sanavam, como sucedeu em Coimbra, onde, no decurso da intervenção portuguesa na Guerra dos Sete Anos, foi estabelecido um hospital militar que funcionou desde 5 de Setembro de 1762 até 22 de Outubro do ano seguinte. Para o financiamento deste Hospital, conhecido por “Novo Hospital Real”, o monarca recorreu a dinheiro emprestado pelo Cofre do Real d’Água e encarregou da administração do novo estabelecimento um poderoso local. Outra solução foi a entrega dos cuidados hospitalares dos soldados aos Hospitaleiros de S. João de Deus, que iniciaram a administração hospitalar no nosso país no contexto da Guerra da Restauração, assistindo aos soldados nos hospitais militares fronteiriços. No final do século XVIII e inícios do XIX, em ambiente de guerra sempre iminente ou declarada (Campanha do Rossilhão, Guerra das Laranjas e Invasões Francesas), a Coroa empenhou-se na reforma dos hospitais militares e no aperfeiçoamento dos cuidados cirúrgicos. O alvará de 18 de Outubro de 1806 impôs aos hospitais das misericórdias a aceitação de todos os doentes civis e militares, fosse qual fosse a sua proveniência.

Seria impossível, com as concepções vigentes sobre a mulher e sobre as “esposas de Cristo” obrigadas a clausura, com o que era a extração social das freiras, as motivação das profissões religiosas e o quotidiano dos conventos num país onde não havia irmãs vicentinas<sup>2</sup>, seria impossível, dizia-se, que as religiosas professoras assegurassem a assistência hospitalar. À excepção do frades hospitaleiros, as funções de enfermagem eram desempenhadas por pessoal menor (embora considerados acima dos serventes), de ambos os sexos, sem quaisquer qualificações e, naturalmente, leigos. Em Portugal não havia freiras ao serviço dos hospitais, como tantas vezes (e incompreensivelmente) se afirma quando se abordam as consequências das leis anticongreganistas do século XIX. As primeiras freiras a assegurar cuidados de enfermagem hospitalar em Portugal, só o fizeram, aliás à revelia da lei e provocando acesa polémica, nas últimas décadas de Oitocentos.

---

<sup>2</sup> Filhas da Caridade de S. Vicente de Paulo ou Servas dos Pobres ou, ainda, Irmãs da Caridade. Surgiram em França em 1633, mas foi só em 1819 que as primeiras, em reduzido número, se estabeleceram em Portugal. Em 1857 foi autorizada a entrada de outras para acudir aos órfãos da cólera. A polémica estalou, pois pela primeira vez, depois das leis anticongreganistas de 1834, uma ordem religiosa entrava no reino. Acolhidas com entusiasmo imprudente pelos sectores mais conservadores e tendo-se dedicado à instrução, esquecendo o socorro aos doentes, rapidamente foram encaradas como uma arma de propaganda política e religiosa. As posições extremaram-se e as Irmãs tiveram de abandonar o país em 1862.

### Os hospitais de Coimbra de meados do século XVIII a meados do XIX<sup>3</sup>

Em meados do século XVIII a cidade de Coimbra encontrava-se dotada com três instituições hospitalares: o Hospital Real (conhecido também nessa e noutras épocas por Hospital Novo, Hospital de D. Manuel, Hospital da Cidade, Hospital da Praça, Hospital de S. Bartolomeu<sup>4</sup> e Hospital da Conceição<sup>5</sup>), o Hospital de S. Lázaro e o Hospital da Convalescença. Três instituições distintas ocupando dois espaços, já que a Convalescença e o Hospital Real funcionavam no mesmo edifício, na praça de S. Bartolomeu, e o Hospital de S. Lázaro em Fora de Portas, na freguesia de Santa Justa.

O Hospital Real, situado na Praça da cidade (actual Praça do Comércio), foi fundado nos primeiros anos do século XVI pelo rei D. Manuel. Possuía a dupla natureza, comum ao tempo, de casa de cura de doentes pobres e de abrigo para os caminhantes, que eram, porém, socorridos em espaços diferentes. Pouco depois de 1530, D. João III entregou o Hospital da Cidade aos Cónegos Seculares de S. João Evangelista (Lóios)<sup>6</sup>, mantendo na sua posse o direito de confirmação dos cargos dirigentes e fiscalizando anualmente as suas contas. Permaneceram os Lóios à frente do Hospital Real até 1772, salvo durante um curto interregno de 1741 a 1743, durante o qual o governo do hospital esteve a cargo do desembargador Lucas de Seabra e Silva<sup>7</sup>. A partir de 1769 a provedoria do Hospital Real deixou de pertencer à congregação de S. João Evangelista, passando o cargo ao provedor da comarca, embora os Lóios se tenham mantido na instituição. Assim, dois provedores da comarca sucederam no cargo de provedor do Hospital Real até 1772, ano em que, pela provisão de 21 de Outubro, o marquês de Pombal ordenou o sequestro de todos os bens e rendas do Hospital Real e a sua entrega à Junta da Fazenda da Universidade<sup>8</sup>.

O Hospital de S. Lázaro era a mais antiga das instituições hospitalares. Havia sido fundado em inícios do século XIII por D. Sancho I e provavelmente situado desde logo no local onde permaneceu até 1836, junto à estrada de Coimbra para o Porto, entre as actuais Rua da Figueira da Foz e Avenida Fernão de Magalhães. Como o nome indica, tratava-se de uma gafaria que, nos séculos XVIII e XIX, passou a albergar pessoas com doenças de pele de diferentes etiologias. Era governado por um provedor de nomeação régia e o cargo apetecido. Os médicos que, com o provedor, visitavam o hospital uma ou duas vezes por ano, faziam-no apenas para verificar se os internados sofriam, de facto, de doença cutânea incurável ou para lhes receitar alguma mezinha

<sup>3</sup> Retomam-se aqui trechos do capítulo IV de *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850)*, Viseu, Palimage, 2001.

<sup>4</sup> S. Bartolomeu não era o patrono do Hospital. Esta designação, bem como a de Hospital da Praça, deriva do facto de se encontrar a instituição na praça de S. Bartolomeu, próxima da igreja com o mesmo nome, embora em área da freguesia de S. Tiago. Segundo a tradição, os patronos do Hospital de Coimbra eram S. Cosme e S. Damião.

<sup>5</sup> Tal denominação impõe-se após a transferência do Hospital para o extinto Colégio de Jesus, em 1779.

<sup>6</sup> Francisco de Santa Maria, *O Ceo aberto na terra. Historia das Sagradas Congregações dos Cónegos Seculares de S. Jorge em Alga de Veneza & de S. João Evangelista em Portugal*, Lisboa, Manoel Lopes Ferreira, 1697, p. 278. Ângelo Ribeiro (“Assistência” in *História de Portugal*, dir. por Damião Peres, V, Barcelos, Portucalense Editora, 1933, p. 472) afirma que o Hospital Real de Coimbra foi confiado aos Lóios por ordem régia de 29/6/1548. Nesse ano foi-lhes autorizado instalar aí os seus colegiais. Escreve também, erradamente, que o Hospital foi entregue à Universidade em 1741 (*idem*, VI, 1935, p. 631). Fernando Jasmim Pereira (Assistência” in *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, dir. por A. A. Banha de Andrade, I, Lisboa, Editorial Resistência, 1980, pp. 666 e 675) repete as informações de Ângelo Ribeiro.

<sup>7</sup> Sobre este homem, ver Maria Antónia Lopes, *Provedores e escrivães da Misericórdia de Coimbra de 1700 a 1910. Elites e fontes de poder*, separata de *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, IHES, tomo 36, vol. 2, 2003-2004, pp. 220-221.

<sup>8</sup> Provisão publicada por António Augusto da Costa Simões, *Notícia histórica dos hospitais da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1882, p. 51.

que os aliviasse de qualquer outra maleita. Por efeito do decreto de 15 de Abril de 1774 e provisão de 19 de Abril do mesmo ano, o Hospital de S. Lázaro foi incorporado com todos os seus bens nos Hospitais da Universidade, permanecendo, contudo, no seu insalubre local<sup>9</sup>. A Universidade tomou a administração em 15 de Agosto de 1774<sup>10</sup>.

O Hospital da Convalescença foi fundado na década de 1740 por dois legados particulares. Instalado junto ao Hospital Real, era administrado pela Misericórdia e recebia os doentes convalescentes que tinham alta do hospital geral. Por provisão de 16 de Abril de 1774, o Hospital da Convalescença foi unido ao dos enfermos para ser entregue e governado pela Universidade<sup>11</sup>. Embora o Hospital da Convalescença permanecesse teoricamente como entidade própria, integrou-se no conjunto dos Hospitais da Universidade de Coimbra (HUC) e a sua história diluiu-se.

Os Estatutos da Universidade de 1772 tinham ordenado a criação de um hospital escolar onde os estudantes de Medicina pudessem aprender e praticar, já que a experiência de muitos anos havia demonstrado não ser o velho hospital da cidade adequado a tal objectivo. Previra-se, pois, a criação de um hospital no bairro alto da cidade. Mas, nesse mesmo ano, pela citada provisão de 21 de Outubro, decidiu-se a anexação à Universidade de todos os bens e rendas do Hospital Real e fazer transitar os doentes para o Hospital Escolar que, na realidade, só existia nos parágrafos dos Estatutos. Assim se criou uma instituição única no país: um hospital universitário que era simultaneamente o hospital real e central de uma urbe importante. Viverá doravante sob o signo da contradição entre o interesse do ensino e as necessidades das populações.

Como o edifício não estava preparado, foi-se protelando a estada dos doentes no Hospital Real da praça que acolheu então duas administrações: a do corregedor da comarca e a da Universidade<sup>12</sup>. Por provisão de 15 de Abril de 1774 foi o Hospital Real total e definitivamente entregue à Universidade, mas os doentes permaneceram no velho edifício até 1779, embora a transferência se preparasse já em Janeiro de 1777<sup>13</sup>. As novas instalações, ocupando a ala da Couraça dos Apóstolos do extinto Colégio dos Jesuítas, em local próximo da Universidade para facilitar o ensino, começaram a funcionar em 1779. Aí se acomodaram os doentes dos Hospitais Real e da Convalescença, passando o estabelecimento a ser conhecido por Hospital da Conceição.

A lotação dos HUC foi estritamente estabelecida em 80 doentes, sendo 18 no Hospital de S. Lázaro<sup>14</sup>. Na realidade, as frequentes conjunturas adversas obrigavam os directores a romper com o tecto estabelecido, embora, tantas vezes também, a cruel lotação fosse draconianamente imposta às populações.

Em 1779 existiam no Hospital Real três tipos de enfermarias para cada sexo: gerais, particulares (destinadas aos exames dos alunos) e de convalescença<sup>15</sup>. Ainda em finais de

---

<sup>9</sup> Pub. por António Augusto da Costa Simões, *Notícia histórica...*, pp. 53-54.

<sup>10</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), *Hospitais da Universidade. Docs. diversos não organizados*.

<sup>11</sup> Publicada por António Augusto da Costa Simões, *Notícia histórica...*, pp. 52-53.

<sup>12</sup> Ver ofício do reitor D. Francisco de Lemos datado de 6/4/1774 em Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra*, T. III, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1898, pp. 552-554.

<sup>13</sup> AUC, *Hospitais da Universidade. Documentos diversos não organizados: requerimentos...*

<sup>14</sup> “Resumo das Congregações de Medicina em que se decidiu sobre a economia do Hospital, as obrigações do Director e do Lente de 2ª Cadeira de Prática” elaborado em 1796 em *Actas das Congregações da Faculdade de Medicina (1772-1820)*, II, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1985, pp. 87-90.

<sup>15</sup> Como se conclui do mapa dos funcionários de 1779 (AUC, *Hospitais da Universidade. Arrendamento de bens...*). Os Estatutos de 1772 previam a existência no Hospital da Universidade de 5 enfermarias: uma para estudantes pobres ou ricos (estes pagando as despesas), uma para oficiais e mais pessoas anexas e privilegiadas da Universidade, duas para os pobres de ambos os sexos e uma para os exames dos estudantes do 5º ano médico. Não foi, porém, esta a organização adoptada. Martins de Carvalho, que não se apercebeu que o Hospital referido nos Estatutos era uma instituição particular da Universidade e independente do Hospital Real, de que depois se desistiu, atribui ao Hospital da Conceição, já instalado

Setecentos surgiram as enfermarias especializadas: em doenças cirúrgicas, crónicas, agudas, imundas e obstétricas. Os inventários do Hospital de S. Lázaro, de 1798, e do Hospital Real, de 1799<sup>16</sup>, revelam que em S. Lázaro existia uma capela bem apetrechada, uma enfermaria de homens e outra de mulheres, um quarto para o enfermeiro, cozinha, casa de despacho, lojas, quintal e portaria. O mobiliário era de pinho, ordinário, e as roupas sofríveis. O Hospital da Conceição possuía cinco enfermarias, sendo três de mulheres (geral e da convalescença; cirurgia e imundas; partos) e duas de homens (geral e da convalescença; cirurgia e imundas), casas de rouparia, da “família” (isto é, do corpo de funcionários), da aceitação, do banco, da lavagem dos doentes, salas de aulas, cozinha, despensa e outras dependências anexas.

Segundo Costa Simões, foi em 1838 que o Colégio de S. Jerónimo foi utilizado pela primeira vez como estabelecimento hospitalar<sup>17</sup>. De facto, entre 1838 e 1847 (exceptuando talvez o ano de 1844) serviu de hospital militar a cargo da Universidade, mas já em 1811 funcionara como hospital de cirurgia<sup>18</sup>. O Hospital da Conceição era acanhado e por isso se recorria às instalações de S. Jerónimo em épocas de maior concorrência.

Independentemente da Universidade, em 1812, quando um surto epidémico manifestado em 1811 ainda grassava na cidade, a Misericórdia fez funcionar no bairro da Alegria um hospital especial<sup>19</sup> e em 1833, para acudir à epidemia de cólera-morbo, existiu também um hospital no convento de S. Francisco da Ponte aberto pela Comissão da Saúde da cidade, tendo sido financiado por um imposto especial lançado sobre o vinho vendido em taberna<sup>20</sup>. Finalmente, em 1852 abriu as suas portas o Hospital da Ordem Terceira de S. Francisco, reservado aos Irmãos<sup>21</sup>.

Em 1849 estudava-se na Faculdade de Medicina a hipótese de fazer transitar o Hospital da Conceição para o Colégio de S. Bento, mas em 1852 optou-se pelo Colégio das Artes. Os primeiros doentes foram para aí transferidos em Janeiro de 1853, continuando a funcionar o hospital da Couraça dos Apóstolos. Neste mesmo ano, com a mudança dos doentes de S. Lázaro para o Colégio das Ordens Militares, ficou o de S. Jerónimo afecto aos hospitais gerais<sup>22</sup>. Em 1855 e 1856 o Hospital da Conceição foi convertido em Hospital dos Coléricos, sendo finalmente desactivado quando epidemia desapareceu<sup>23</sup>. Os colégios das Artes e de S. Jerónimo foram a sede dos HUC até 1987.

Quanto a S. Lázaro, depois da reforma pombalina permaneceu nas antigas instalações, já degradadas, em sítio insalubre e distante da Universidade e dos outros hospitais. Só em

---

na Couraça dos Apóstolos, essa organização estipulada nos Estatutos (*O Conimbricense*, n.º 2031, de 8.1.1867). O mesmo afirma Alberto Pessoa (“Hospitais de Coimbra”, *Boletim dos Hospitais da Universidade de Coimbra*, 2, Coimbra, 1931, p. 20), colhendo a informação de um artigo do Dr. Jerónimo Jorge de Melo publicado em *O Instituto*, vol. II, n.º 18, de 15.12.1853.

<sup>16</sup> *Inventario dos moveis e alfaias do Hospital de S. Lazaro*, 1798 (AUC, *Hospital de S. Lázaro. Administração e contabilidade. Inventário...*); *Inventario dos Trastes, e Moveis, e Alfaias do Real Hospital de invocação de Nossa Senhora da Conceição*, 1799 (AUC, *Hospital Real. Administração e contabilidade. Inventário de mobiliário...*).

<sup>17</sup> António Augusto da Costa Simões, *Noticia historica...*, pp. 74-75.

<sup>18</sup> *Jornal de Coimbra*, n.º 44, parte I, 1816, p. 143.

<sup>19</sup> Arquivo da Misericórdia de Coimbra (AMC), *Acordãos*, Lº 5º, fl. 211vº.

<sup>20</sup> Arquivo Histórico Municipal de Coimbra (AHMC), *Vereações*, vol. 75º. Ver também a sessão de 4/2/1835, *Idem*, vol. 76º.

<sup>21</sup> Joaquim Simões Barrico, *Noticia historica da veneravel Ordem Terceira da Penitencia de S. Francisco da cidade de Coimbra e do seu hospital e asylo*, Coimbra, Typ. de J. J. Reis Leitão, 1895.

<sup>22</sup> António Augusto da Costa Simões, *Noticia historica...*, pp. 76-81; Joaquim Martins de Carvalho, *O Conimbricense*, n.º 2031, de 8.1.1867.

<sup>23</sup> António Augusto da Costa Simões, *Noticia historica...*, pp. 151-152; Bernardo António Mirabeu, *Memoria historica e commemorativa da Faculdade de Medicina nos cem annos decorridos desde a reforma da Universidade em 1772 até ao presente*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, pp. 200-203.

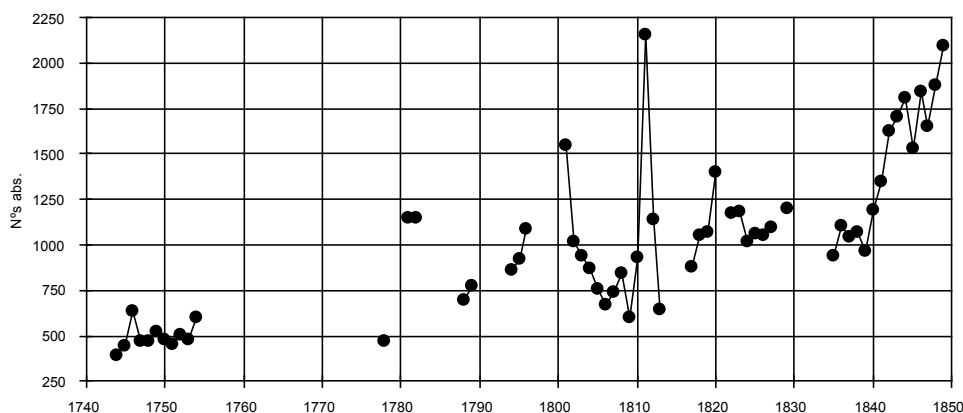
Dezembro de 1836 foi transferido para o grandioso edifício do Colégio de S. José dos Marianos<sup>24</sup> (actual Hospital Militar). Alguns anos depois, em 1851, e apesar da forte resistência da Faculdade de Medicina, o governo concedeu o Colégio dos Marianos às religiosas Ursulinas para a instalação de um colégio de meninas. S. Lázaro transitou então para o Colégio de S. Jerónimo e em 1853 para o antigo Colégio dos Militares<sup>25</sup>, demolido nos anos 1940 e que se situava, aproximadamente, onde hoje é o edifício das Matemáticas.

Essas três grandes massas de pedra, os Colégios das Artes, de S. Jerónimo e dos Militares, formavam então, em meados do século XIX, os Hospitais da Universidade de Coimbra.

## Doentes

Em meados do século XVIII, com o Hospital Real ainda administrado pelos Lóios, as admissões anuais rondavam as 500. Em 1781, já integrado na Universidade, ultrapassou-se pela primeira vez os mil internamentos anuais. Em 1811, ano de crise, foram mais de 2.000. Depois desta data serão sempre mais de um milhar e, nos finais da década de 1840, são já 2.000 por ano, excluindo os doentes militares<sup>26</sup>.

Gráfico 1 – Movimento anual de entrada de doentes no Hospital Real



Em 1851 ingressaram no Hospital da Conceição 2.781 doentes, sendo 2.182 civis e 599 soldados<sup>27</sup>. A lotação média atingia no ano imediato os 240 a 250 doentes<sup>28</sup>.

O período mais crítico era sempre o Verão, com os pedidos de internamento a atingir os máximos e a quase infalível recusa de admissões. O mínimo verificava-se no Inverno.

Os doentes eram maioritariamente homens e, em ambos os sexos, pessoas solteiras e viúvas, isto é, aquelas que não tinham condições de ser amparadas em casa quando enfermavam. A idade média dos doentes (a mesma nos dois sexos) era de 34 anos em 1817/20, 35 em 1845/50, 36 em 1845/49.

<sup>24</sup> Data do auto de posse em AUC, *Hospitais da Universidade. Regulamentos interinos...*, fls. 111vº-112.

<sup>25</sup> António Augusto da Costa Simões, *Notícia histórica...*, pp. 55-72; Joaquim Martins de Carvalho, *O Conimbricense*, n.º 2031, de 8.1.1867. Como é óbvio, todos estes colégios estavam devolutos pela extinção das ordens monásticas masculinas em 1834.

<sup>26</sup> AUC, *Hospitais. Registo de entrada de doentes*, vários livros.

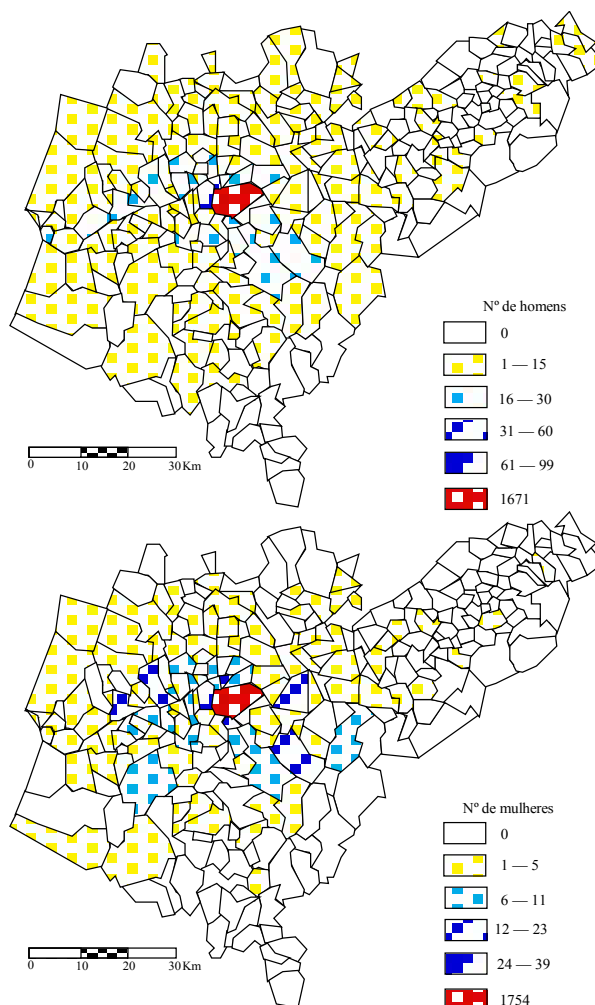
<sup>27</sup> *O Instituto*, vol. I, n.º 12, 1852, p. 134.

<sup>28</sup> António Augusto da Costa Simões, *Notícia histórica...*, p 107.

Eram pobres, como já salientei. Apenas 0,4% dos doentes foram considerados capazes de pagar as despesas. 70% vestiam à entrada roupas consideradas “velhas” ou “muito velhas” ou “miseráveis”. Nos anos 1780/90, 82% dos homens internados eram ou tinham sido trabalhadores, artesãos, criados e mendigos. Quanto às mulheres, na opinião do director dos HUC em 1800, eram “velhacas, sem Ley, sem costumes, e talvez sem Religião”<sup>29</sup>.

Em finais de Setecentos, só 23% dos homens e 18% das mulheres eram naturais de Coimbra. Na década de 1840 continuavam minoritários: 25% e 27%. Isto é, tratava-se de gente que se tinha instalado na cidade e que, decerto, carecia de redes familiares de apoio. Quanto à residência, só conhecida para os decénios de 1780-90, é grande o peso da cidade: 60% dos homens e 77% das mulheres vivem na urbe e arrabaldes. De qualquer forma, e embora predominassem as freguesias contíguas, a zona de influência do Hospital da Conceição era significativa, já que 40% da clientela masculina e 23% da feminina veio a Coimbra – imagine-se em que condições de viagem – buscar o socorro médico que, de facto, conseguiu.

Mapa 1 – Freguesias de residência dos moradores no bispado de Coimbra (1781-1796)  
HomensMulheres



<sup>29</sup> AUC, *Hospitais da Universidade. Arrendamento de bens...*

A grande maioria dos enfermos sobrevivia, em percentagens que iam de 85 a 90%. Os melhores anos registaram 7 a 9% de óbitos, havendo, no entanto, grandes variações, pois tudo dependia das patologias. Em meados do século XIX, e comparando com o panorama nacional e europeu, os HUC podiam orgulhar-se. No hospital de S. José, em Lisboa, os óbitos atingiram os 16% dos ingressos nos anos 1840/51. Em 1852 a taxa de mortalidade no hospital de Bruxelas foi de 15% e em Paris, no *Hôtel-Dieu*, de 14%. Nos HUC, em 1840-49, a morte atingiu apenas 10% dos doentes. Nesta época, apontavam-se os hospitais de Viena de Áustria e de S. Denis (Paris) como os melhores, os modelos da Europa. A mortalidade atingiu aí, respectivamente, 8 e 7%<sup>30</sup>. Como explicar este relativo êxito de Coimbra? Creio que a resposta está em grande parte nas “patologias” (esgotamento, fome, velhice, desamparo) e na “terapêutica” (repouso e alimentação abundante).

Quanto ao Hospital de S. Lázaro, entre 1750 e 1773 recebeu em média seis doentes por ano, na maioria, também, do sexo masculino. A renovação era lenta porque os doentes eram admitidos vitaliciamente e o quadro era pequeno. Desconheço os quantitativos das admissões entre 1775 e 1833, mas a lotação estava fixada em 18 lugares. De 1834 a 1841 entraram em S. Lázaro 1 a 3 doentes por ano. A partir de 1843 este hospital passou a internar em média 27 pessoas anualmente. As altas já eram agora o destino mais frequente dos lázaros, contrariamente ao que se passava em meados do século anterior.

## Funcionários

Como a lepra era incurável, até à integração nos Hospitais da Universidade de Coimbra o Hospital de S. Lázaro não tinha enfermeiros. Cada doente tratava de si próprio, recebendo as rações que lhe pertenciam do rendimento comum. Em 1776 é pela primeira vez dotado com dois enfermeiros<sup>31</sup>, embora posteriormente, e durante vários períodos, fosse servido apenas por um<sup>32</sup>. A distribuição das rações individuais aos gafos foi suprimida<sup>33</sup>, o que leva a crer que estes passaram a ser alimentados com refeições confeccionadas. De facto, em 1779 empregava-se já uma cozinheira.

Quadro 1 – Funcionários dos HUC em 1779

Hospital da Conceição			
Cargo	N.º	Ordenado em réis	Observações
Capelão	2	60.000/ano + meio anal de missas a 120 cada	
2º cirurgião e fiscal das enfermarias	1	60.000/ano	
Dispenseiro e comprador	1	240/dia	
Ajudante do dispenseiro/comprador	1	120/dia	
Contínuo das aulas	1	200/dia+propinas+60/matrícula de praticantes de cirurgia	Sem ração
Sacristão	1	100/dia	
Porteiro das enfermarias dos homens	1	100/dia	
Porteiro da porta da rua	1	100/dia	

<sup>30</sup> António Maria Barbosa, *Memoria sobre as principaes causas da mortalidade do Hospital de S. José e meios de as attenuar*, 2ª ed., Lisboa, Imprensa de Francisco Xavier de Sousa, 1856, pp. 2-3. João Cardoso Ferraz de Miranda, *Relatorio ácerca de alguns estabelecimentos de beneficencia existentes em Londres, París, Belgica e Roma feito ao Conselho de Beneficencia pelo seu secretario...*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1857, p. 51.

<sup>31</sup> AUC, *Hospitais da Universidade. Docs. diversos não organizados...*

<sup>32</sup> Ver *Actas das Congregações...*, I, pp. 95, 173, 192. AUC, *Hospital de S. Lázaro. Administração e contabilidade. Inventário...*

<sup>33</sup> AUC, *Hospitais da Universidade. Docs. diversos não organizados...*



Os hospitais de Coimbra e a alimentação dos seus enfermos e funcionários

Hospital da Conceição			
Enfermeiro	2	60/dia	Praticantes de cirurgia
Ajudante das enfermarias gerais, servindo de enfermeiro da Convalescência dos homens	1	60/dia	Praticante de cirurgia
Cozinheiro	1	100/dia	
Ajudante da cozinha	1	80/dia	
Servente (homem)	variável	50/dia	
Porteira das enfermarias das mulheres	1	80/dia	
Roupeira e fiscal	1	80/dia	
Enfermeira	2	80/dia	
Ajudante das enfermarias das mulheres, servindo de enfermeira da Convalescência	1	60/dia	Praticante de cirurgia
Servente (mulher)	variável	40/dia	
Hospital de S. Lázaro			
Enfermeiro e sangrador	1	120/ dia	Sem ração
Enfermeira e cozinheira	1	120/dia	Sem ração
Servente (mulher)	variável	80/dia	Sem ração

Como se vê, os médicos não integravam o quadro hospitalar. Note-se a existência de uma mulher praticante de cirurgia. No Hospital Real, a proporção de curadores de almas para curadores do corpo, integrando aqui apenas enfermeiros e cirurgião é de dois para seis.

Em Novembro de 1786 os enfermeiros do Hospital Real requereram aumento de ordenado para 120 réis diários, alegando que 60 réis por dia eram insuficientes para se vestirem com decência<sup>34</sup>, ser o trabalho exorbitante e ganharem menos do que as enfermeiras, tendo estas menos dispêndio e trabalho<sup>35</sup>. A Junta da Fazenda da Universidade, ordenou ao director do hospital que explicasse a situação. Do hospital respondem que os enfermeiros ganhavam menos porque simultaneamente aprendiam a arte de cirurgia, assistindo a aulas e praticando nos doentes “e sahem dipois do Hospital a ocupar as melhores acomodaçoens que há para os chirurgoens”.

Quadro 2 – Funcionários dos HUC entre 1790 e 1797

Hospital Real			
Cargo	N.º	Ordenado em réis	Obs.
Capelão	2	O 1º com 150.000/ano + 120/missa; o 2º com 100.000/ano	Sem ração
Cirurgião	1	150.000/ano	
Dispenseiro/comprador	1	360/dia	Com ração
Contínuo das aulas	1	200/dia até Maio de 1791 e depois 300/dia <sup>36</sup>	Com ração
Sacristão	1	60/dia	Com ração
Guarda da porta	1	100/dia	Com ração
Enfermeiro	3	80/dia	Com ração
Cozinheiro	1	100/dia	Com ração
Ajudante da cozinha	1	80/dia	Com ração
Servente (homem)	3	50/dia	Com ração
Porteira	1	40/dia	Com ração
Roupeira	1	100/dia	Com ração
Enfermeira	2	80/dia	Com ração
Enfermeira dos partos	1 (cargo criado em 1791)	80/dia	Com ração

<sup>34</sup> À excepção do contínuo das aulas, a *família* do Hospital Real comia e dormia no estabelecimento e por isso os enfermeiros se limitaram a referir as despesas de vestuário.

<sup>35</sup> AUC, *Hospitais da Universidade. Administração e contabilidade. Docs. diversos relativos a obras...*

<sup>36</sup> AUC, *Hospitais da Universidade. Administração e contabilidade. Docs. diversos relativos a obras...*

Hospital Real			
Servente (mulher)	2 ou 3	40/dia	Com ração
Lavadeira	3	1400/mês	
Hospital de S. Lázaro			
Médico	1	20.000/ano até Julho de 1791 e depois 24000/ano	Sem ração
Enfermeiro	1	180/dia até Julho de 1791 e depois 200/dia	Sem ração
Cozinheiro	1 (cargo criado em 1794)	140/dia até Agosto de 1795 e depois 160/dia	Sem ração
Enfermeira/cozinheira	1 (até 1794)	140/dia	Sem ração
Servente (mulher)	1	100/dia até Agosto de 1795 e depois 120/dia	Sem ração
Lavadeira	1	1400/mês	Sem ração

O cirurgião tem agora um ordenado muito superior, mas considerado pelo próprio insuficiente<sup>37</sup>. Com vencimentos também acrescidos estão o despenseiro e o contínuo. Os funcionários mais humildes não beneficiaram de tal generosidade, mas os enfermeiros do sexo masculino têm já os seus salários equiparados aos das colegas, não se esclarecendo se continuam ou não a aprender cirurgia. Facto importante é a criação do cargo de enfermeira dos partos em Maio de 1791. Surge também uma lavadeira e provavelmente por isso diminui o número de serventes. O pessoal de enfermagem representa 24% do corpo de funcionários contra 8% de assistentes espirituais.

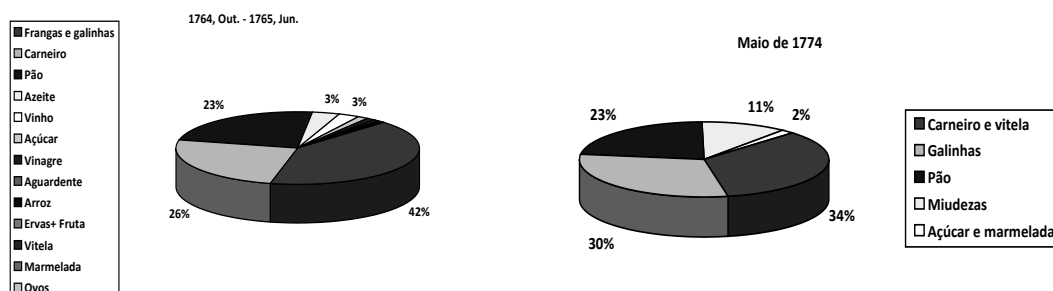
Em S. Lázaro o ordenado do enfermeiro foi fortemente acrescido. Em 1794 o cozinheiro passa a ser um homem, desaparecendo a enfermeira, mas a servente é aumentada e cria-se aqui também o ofício de lavadeira.

Em 1802 o Hospital Real era servido por 21 funcionários que aí se alimentavam<sup>38</sup>.

### Alimentação dos doentes do Hospital da Convalescência (1764-1774)

Os elementos mais antigos de que disponho sobre a alimentação hospitalar datam de 1764/65 e dizem respeito ao Hospital da Convalescência<sup>39</sup>. São quantidades totais e despesas e não as dietas de cada doente.

Gráfico 2 – Despesa em réis com a alimentação no Hospital da Convalescência



Em 1764-1765 o pão, as frangas ou galinhas e o carneiro constituíam a dieta dos convalescentes. O peixe nunca foi consumido e a vitela apenas num dos meses e em quantidade mínima.

<sup>37</sup> AUC, *Hospitais da Universidade. Documentos diversos não organizados: requerimentos...*

<sup>38</sup> AUC, *Hospital de S. Lázaro. Administração e Contabilidade. Despesas gerais com a alimentação de doentes do Hosp. de S. Lázaro e Hosp. Real.*

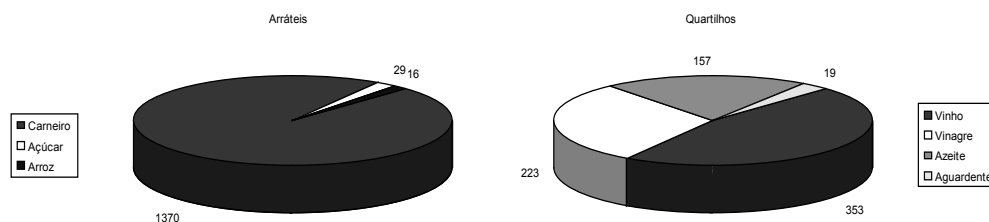
<sup>39</sup> AMC, “Maços”

Os legumes e hortaliças, nitidamente deficitários durante o Inverno, surgem já na Primavera representando uma despesa superior, por exemplo, à do arroz e aproximando-se até da do açúcar em Maio de 1765. O grosso das despesas deste hospital pertencia ao pão, carnes e ainda roupas e apetrechos. O pão e a carne absorvem 91% das despesas alimentares.

Em 1774 o pão e a carne representam 87% das despesas alimentícias. O pão foi consumido em igual proporção nos dois períodos, mas há uma troca entre carneiro e galinha. Houve consumo de peixe, mas em quantidades tão diminutas, que foi englobado nas “miudezas”, as quais incluíam, além do peixe, azeite, vinagre, manteiga, ovos, leite, cevada, favas, sal, tabaco, louça, lenha e vassouras.

É possível também discriminar as quantidades de alguns géneros consumidos em 1764-1765:

Gráfico 3 – Quantidades consumidas no Hospital da Convalescência entre Outubro de 1764 e Junho de 1765<sup>40</sup>



Além destes géneros foram também consumidas 614 galinhas ou frangas e, em quantidades não referidas, pão, ervas, fruta, vitela, marmelada e ovos.

Sendo assim, no 3º quartel do século XVIII era com pão, carne (carneiro e galinha), vinho, açúcar e marmelada que se visava o restabelecimento de corpos debilitados. O peixe e o leite surgem apenas em 1774, mas como alimentos absolutamente marginais à dieta dos convalescentes. O consumo de vinagre é inusitadamente elevado, mas é sabido que este líquido tinha larga utilização como desinfectante.

### Alimentação fornecida aos doentes e funcionários dos Hospitais da Universidade (1799-1823)

Ressentiram-se os HUC da ausência de um completo e eficaz regulamento, não conseguindo as sucessivas disposições normativas resolver essa carência. Em 1796<sup>41</sup>, e novamente em 1819<sup>42</sup>, procedeu-se a um registo de todas as decisões aprovadas sobre a economia e governo dos hospitais, em 1799 regulamentou-se a dieta dos doentes<sup>43</sup> e em 1803 foram os hospitais dotados com um regulamento (remetido pelo Vice-Reitor) de visitas, dietas, escrituração e obrigações dos empregados<sup>44</sup>. Em 1818 um novo regime sobre dietas e prescrição das papeletas dos doentes é atribuído ao Hospital Real<sup>45</sup>, em 1822 é aprovado um regulamento dos hospitais<sup>46</sup> e no ano

<sup>40</sup> Arrátel: c. 0,5 kg. Quartilho: c. 0,5 l.

<sup>41</sup> *Actas das Congregações...*, I, pp. 87-90.

<sup>42</sup> AUC, *Hospitais da Universidade. Regulamentos interinos...*, fls. 32-33.

<sup>43</sup> *Actas das Congregações...*, II, pp. 191-193.

<sup>44</sup> AUC, *Hospitais da Universidade. Regulamentos interinos...*, fls. 2-4.

<sup>45</sup> AUC, *Idem*, fls. 29vº-30.

seguinte novamente as rações dos doentes foram especificadas<sup>47</sup>. A mais antiga prescrição alimentação hospitalar que encontrei data, pois, de Fevereiro de 1799<sup>48</sup>. Eis, em síntese, as suas determinações:

Quadro 3 – Alimentação no Hospital Real prescrita em 1799 (medidas actuais)

Ração	Jantar	Ceia
C	290 gr.de pão, 345 gr. de carneiro ou vaca e caldo	metade do jantar ou arroz ou ervas
M	218 gr de pão, 459 gr carneiro ou vaca e caldo	218 gr de pão, 115 gr de carne de carneiro ou vaca (cozida ou assada) ou arroz ou ervas
P	73 gr de pão, 115 gr de carneiro ou vaca e caldo	73 gr de pão, 115 gr de carneiro ou vaca
D	Diariamente: 4 caldos de carne (galinha, vaca ou carneiro) sem pão mas com marmelada ou abóbora ao jantar e ceia e 58 gr de vinho	

O Regulamento esclarece que cada pão terá sempre 10 onças<sup>49</sup>, que em C e M podem acrescentar-se extraordinariamente vinho ou fruta e que em P e D, além do vinho ou fruta podem pedir-se até duas onças de doce (marmelada ou abóbora). A ração D é a única que fornece galinha e vinho. Quando muito, a carne que sobrar dos caldos da dieta D pode ser dada aos da letra P. Cada um dos funcionários terá um pão ao jantar, um à ceia e meio ao almoço e “o mais segundo o tempo, uso, e ordem do Director”.

Verifica-se uma total ausência de peixe, ovos, lacticínios e fruta. A dieta é monótona, mas muito abundante. Repare-se que as rações C e M são compostas, entre outros géneros, por 435 e 438 gramas de pão e que a carne fornecida diariamente atinge os 518 (ou 345) e 574 (ou 459) gramas. Esta dietas funcionavam como tratamento de choque, embora para os mais debilitados se prescrevessem com certeza as rações P ou D, bastante mais leves.

Sendo desconhecidos a quantidade e composição dos caldos, as ervas utilizadas e o tipo exacto de pão, carne, vinho e arroz, calcular o valor calórico das refeições e decomposição nos seus nutrientes principais, torna-se sempre arriscado. Contudo, é possível atingir um valor aproximado<sup>50</sup>.

Sem contar com o azeite e os caldos, a ração C – quando a ceia era metade da ração do jantar e sendo carne de carneiro – fornecia 115 gr. de prótidos, 269 gr. de glícidos e 192 gr. de lípidos. O valor calórico destas duas refeições atinge as 3.267 calorias. Nas mesmas circunstâncias, a ração M proporcionava diariamente 125 gr. de proteínas, 270 gr. de hidratos de carbono e 213 gr. de gorduras (3.484 calorias). O pão, a carne o vinho e a marmelada da 3ª ração forneciam 1.513 calorias. Quanto à última, só é possível determinar a soma dos valores do vinho e marmelada: 208 calorias.

Sabendo nós que na actualidade os hospitais portugueses fornecem cerca de 1.600 a 1.800 calorias/dia aos doentes acamados sem regime alimentar especial (aos quais se destinavam certamente as dietas C e M), note-se como o sustento hospitalar estava reforçado. No entanto, como os enfermos permaneciam pouco tempo no hospital e frequentemente a sua doença não passava de fome e cansaço, as rações adoptadas em finais de Setecentos no Hospital Real não possuíam tantos inconvenientes como possa parecer.

Passemos à prática que nos revela uma realidade mais complexa. Em 1800 o director dos HUC denuncia que antes do seu mandato se chegava a

<sup>46</sup> António Augusto da Costa Simões, *Notícia histórica...*, p. 86.

<sup>47</sup> AUC, *Hospitais da Universidade. Regulamentos interinos ...*, fl. 42-42vº.

<sup>48</sup> *Actas das Congregações...*, II, pp. 191-193.

<sup>49</sup> Onça: c. 29gr.

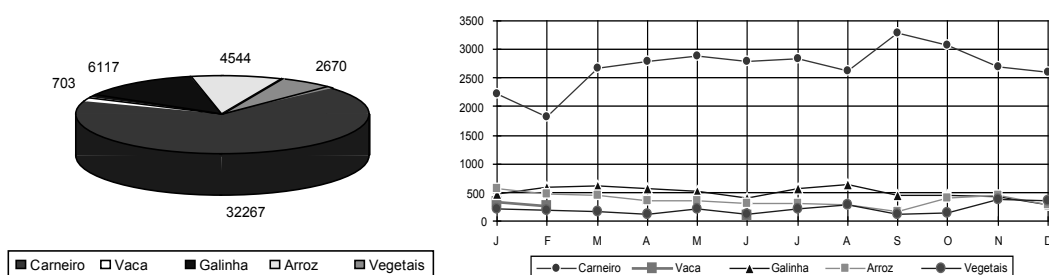
<sup>50</sup> Convencionou-se que os géneros seriam das seguintes qualidades: pão de mistura (de centeio escuro e trigo), peito de carneiro, vaca gorda (para cozer), galinha com carne e pele, arroz corrente do tipo actual e vinho tinto maduro comum.

“conceder Galinha, a quem sustentaria melhor a Vaca e Carneiro uzual em todos os Hospitales, pasteis de tutano, ovos moles, queijo, e outras semelhantes couzas, que nunca forão Dieta, principalmente em hum Hospital, se tem dado, e consta do Livro das Contas”<sup>51</sup>.

A galinha era um luxo, repare-se. Aquilo a que hoje chamaríamos sobremesas é considerado abusivo.

A alimentação fornecida nos Hospitais da Universidade no ano de 1802 está rigorosamente documentada, pois foram registados dia a dia todos os géneros consumidos, uns expressos em rações e quantidades e outros assinalados com uma dessas duas referências. O facto de explicitar a alimentação fornecida aos empregados do hospital, é extremamente interessante, pois permite comparar a dieta dos enfermos com a de gente de escalões sociais modestos. Além disso, faculta um dado precioso, o número de pessoas alimentadas. É, pois, uma excelente fonte para o estudo da alimentação proporcionada pelos HUC<sup>52</sup>.

Gráfico 4 – Rações consumidas em 1802 pelos doentes do Hospital Real<sup>53</sup>



O consumo de carneiro é absolutamente surpreendente. Excluindo o pão que não vem expresso em rações, o carneiro absorve 69% das rações fornecidas no Hospital Real. Segue-se a galinha com 13% e o arroz com 10%. Os vegetais crus ou em esparregado constituem 6% desta “roda alimentar” e a carne de vaca tão somente 2%. Isto é, as carnes correspondiam a 84% das rações hospitalares.

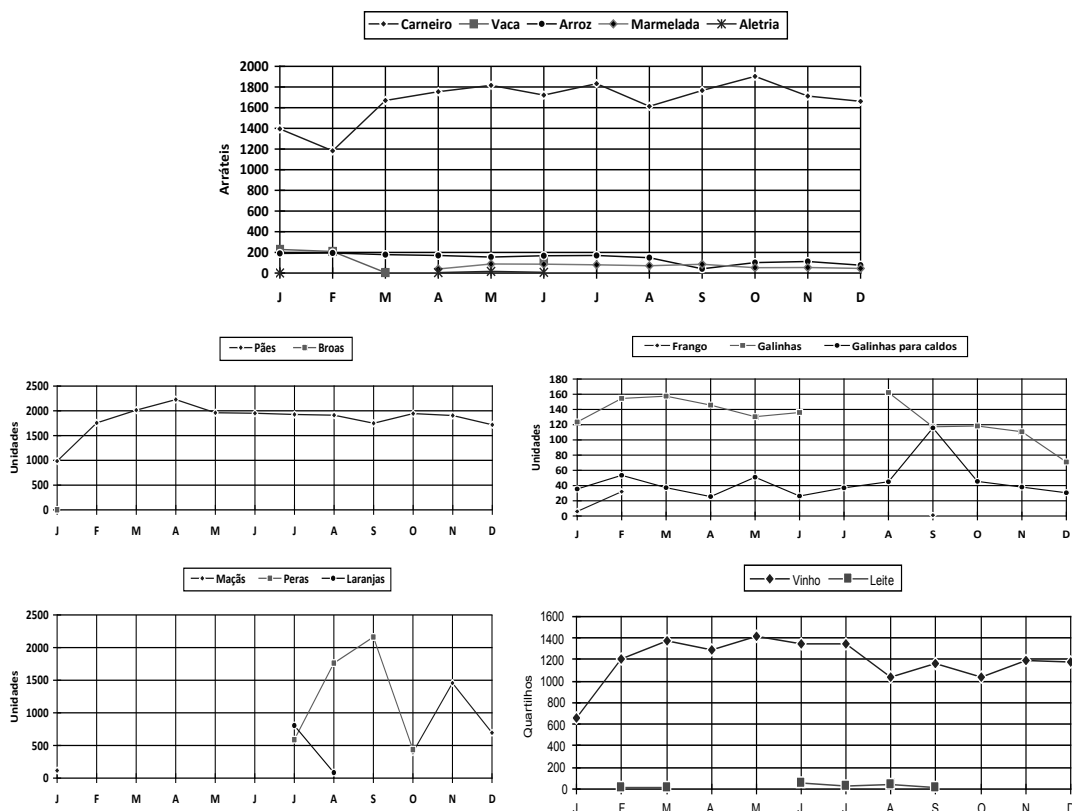
Observando a distribuição mensal das rações, verifica-se uma baixa do carneiro em Janeiro e sobretudo em Fevereiro, que não se justifica por igual diminuição do número de doentes a alimentar. A quebra do 2º mês não corresponde à Quaresma, que foi em Março e aparece bem nítida na distribuição estacional das refeições proporcionadas aos funcionários. Além disso, todas as fontes confirmam que a abstinência de carne não era imposta aos doentes do hospital. Nesses dois meses deve ter havido dificuldade de abastecimento de carneiro, pois só nessa altura e depois, em Junho, é que se fornece vaca. Nos restantes meses a linha das rações de carneiro acompanha a lotação do hospital. O consumo de galinha aumentou em Julho/Agosto, tendo tido este último mês menor número de diárias. O facto deve ser explicável pela patologia dos doentes. Era no Verão que aumentavam as doenças agudas e estes enfermos eram alimentados com carnes brancas.

<sup>51</sup> Exposição dirigida ao Príncipe Regente pelo director dos HUC em 24 de Julho de 1800 (AUC, *Hospitais da Universidade. Arrendamento de bens, despesas com obras, regulamentos, pessoal, militares enfermos – séc. XVIII-XIX*).

<sup>52</sup> AUC, *Hospital de S. Lázaro. Administração e Contabilidade. Despesas gerais com a alimentação de doentes do Hosp. de S. Lázaro e Hosp. Real* (“Diário de despesa que se fez na despensa para os doentes e família deste Hospital assim como também no Hospital de S. Lázaro...”), 1801-1803.

<sup>53</sup> Os gráficos não incluem galinhas para caldos nem arroz para “conchegos”. Os vegetais englobam “ervas” e feijão verde. O azeite não pôde ser quantificado porque a fonte não distingue o que se consumia na alimentação e o que foi destinado a iluminação.

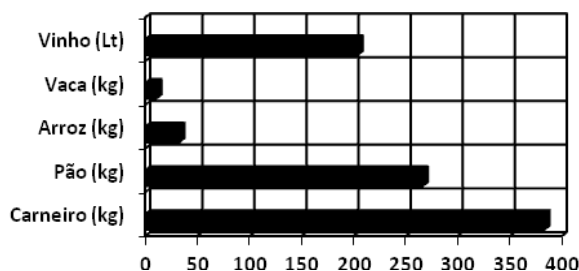
Gráfico 5 – Distribuição mensal das quantidades consumidas em 1802 pelos doentes do Hospital Real



O aumento das rações de carneiro verificada em Setembro não corresponde a igual crescimento na quantidade. Quer dizer que as rações foram diminuídas. O hospital debatia-se, por certo, com dificuldades financeiras. O consumo de galinha, mas sobretudo de arroz e de vinho, quebra nos últimos meses do ano, o que se torna mais nítido nos gráficos seguintes. As peras e maçãs surgem na sua época, naturalmente, mas as laranjas não obedecem ao calendário das colheitas e são dadas em quantidades diminutas. Estranhamente, a marmelada só começa a ser fornecida em Abril.

Observe-se o gráfico seguinte que nos permite concluir de imediato que a alimentação dos enfermos era largamente constituída por carne e pão.

Gráfico 6 – Quantidades médias mensais consumidas no Hospital Real em 1802

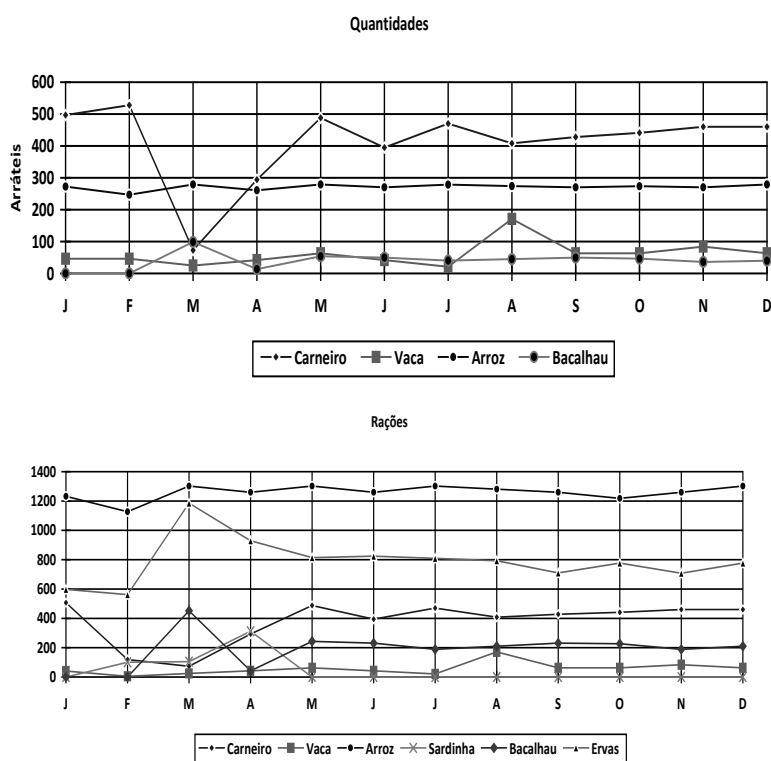


Cada doente recebia meio pão ao jantar e outro tanto à ceia. Se se mantinha neste ano o peso de 10 onças por unidade, então cada pessoa comia diariamente 290 gr. de pão. Os que eram alimentados com galinha recebiam a cada refeição uma quarta parte do animal. Aqueles que eram abonados com ração de carneiro, comiam uma quantidade que variava um pouco, geralmente entre 300 a 345 gramas ao jantar (que em Setembro chegou a baixar para 245 gr.) e geralmente 230 gr. à ceia (embora em Setembro atingisse o peso mínimo de 167 gr.). A porção de arroz facultada aos enfermos era bastante regular: 115 gr. em cada refeição.

Sendo assim, o pão, o carneiro e o arroz (os três géneros alimentícios que constituíam a base da dieta mais frequente) proporcionavam no seu conjunto entre 3.700 a 3.880 calorias diárias. Duas refeições ao dia de pão, galinha e arroz forneciam cerca de 2.900 calorias.

Vejamos agora a alimentação dos funcionários:

Gráfico 7 – Alimentação dos funcionários do Hospital Real em 1802 (jantar e ceia)<sup>54</sup>

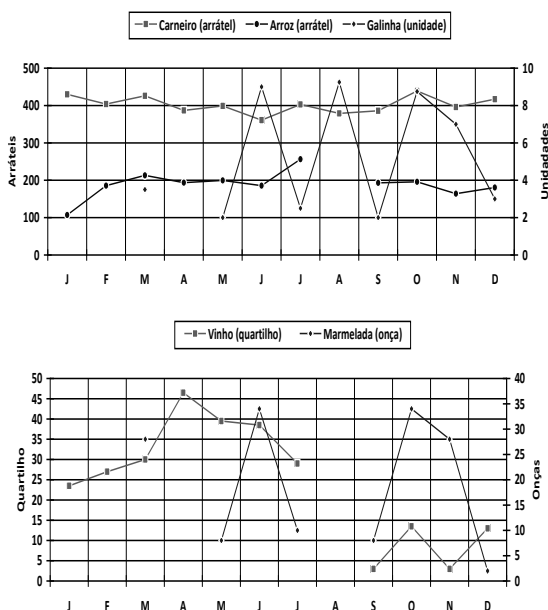


A Quaresma está perfeitamente assinalada. Os vegetais (arroz, feijão e ervas cruas em salada) superam de longe as carnes, correspondendo à dieta popular habitual e totalmente distinta da que é praticada nas enfermarias. Em proporção, consome-se mais vaca. O bacalhau não fazia parte da alimentação dos doentes mas aqui é constante, pela necessidade de guardar os dias de abstinência nas refeições dos funcionários. O mesmo se diga das sardinhas. Cada funcionário recebia diariamente dinheiro para a compra de um pão.

Por fim, analisemos a alimentação dos doentes de S. Lázaro, a quem eram fornecidos os alimentos para todo o dia, sem distinção de refeição.

<sup>54</sup> As ervas englobam saladas e ainda feijão verde e feijão frade.

Gráfico 8 – Distribuição mensal das quantidades consumidas pelos Lázaros em 1802



A lotação diária deste hospital foi em média de 13 pessoas. Verifica-se, portanto, um grande consumo de carne por doentes que não sofriam de moléstias agudas. O vinho, proporcionado em pequeníssimas quantidades, apresenta uma acentuada quebra no último terço do ano. A marmelada, também em porções diminutas, surge na época da sua confecção, depois desaparece, ressurgindo só muito mais tarde. No tempo próprio também alguma fruta lhes era fornecida.

Comiam os lázaros 459 gr. de carneiro por dia, 435 gr. de pão e 230 gr. de arroz ou, em alternativa, 490 gr. de feijão, representando um valor energético de 3.556 a 3.823 calorias. Este regime alimentar, proporcionado a pessoas que permaneciam por longos anos no hospital, quando não por toda a vida, era deficientíssimo. Além dos alimentos, forneciam-se aos lázaros “papeis de tabaco”, por vezes em cada dois dias, por outras com intervalos maiores. O número de papéis enviado correspondia, manifestamente, a um por cada homem internado.

Logo no ano seguinte, o § 2 do Regulamento do Hospital Real de 1803, dado por José Monteiro da Rocha, proíbe o uso da carne de carneiro:

“Não se uzará mais de Carneiro, senão algumas vezes para as Ceias. Ao Jantar, para os que não estiverem de Galinha será Vaca, ou Vitella; e os Caldos não sejam de Carne simples cozida; mas temperados com alguns Vegetaes, que os tornem mais medecinaes, e menos tediosos”<sup>55</sup>

Quinze anos depois, defende-se no *Jornal de Coimbra* que os Hospitais devem ter três dietas diferentes e mais não são precisas:

“É um grande abuso em alguns Hospitais o preparar-se o mesmo alimento para todos os enfermos. Muitos d’estes não podem, nem devem comer, e d’aqui se segue um grande desperdício, e detrimento para os mesmo enfermos. São sufficientes tres especies de dietas. A 1ª *Rigorosa, ou tenuissima*, constará sómente de carne, ou panadas com fructa assada quatro vezes no dia. A 2ª *Mediocre*, constará de duas onças de pão, e caldo pela manhã; caldo, quatro onças de pão, e quatro onças de carne ao jantar; caldo, e duas onças de pão à ceia. A 3ª *Ordinaria*, constará de caldo, e quatro onças de pão pela manhã; caldo, meio arrátel de pão, e meio arrátel de carne ao jantar; e duas onças de arros com caldo de carne, e quatro onças de pão à

<sup>55</sup> AUC, *Hospitais da Universidade. Regulamentos interinos...*



ceia. Os ossos da carne serão destinados para fazer os caldos, e arros da ceia. Vinho, outras suavidades, e modificações podem ser determinadas extraordinariamente pelos Facultativos. A carne deve ser de vitela, vaccas, ou chibato, ficando rejeitado o uso de galinha, a qual sómente se-concederá, quando o enfermo aborrecer outro qualquer alimento”<sup>56</sup>.

Nesse mesmo ano, em 23 de Maio, foi aprovado na Congregação de Medicina o seguinte regime alimentar<sup>57</sup>:

Quadro 4 – Alimentação prescrita em 1818

Ração	Refeições	Dieta
1	Jantar e Ceia	4 caldos de carne diários (nos casos convenientes serão de galinha)
2	Jantar e Ceia	4 caldos de carne diários, 4 onças de pão (2 ao jantar e 2 à ceia) e 1 onça de arroz ao jantar (nos casos convenientes pode ser acrescentado 1/4 de galinha ao jantar e outro à ceia)
3	Jantar e Ceia	12 onças de carne (8 ao jantar e 4 à ceia), 6 onças de pão (3 ao jantar e 3 à ceia), 2 onças de arroz (1 ao jantar e 1 à ceia) ou ervas correspondentes
4	Jantar e Ceia	12 onças de carne (8 ao jantar e 4 à ceia), 12 onças de pão (6 ao jantar e 6 à ceia), 3 onças de arroz (2 ao jantar e 1 à ceia) ou ervas correspondentes
5	Almoço	1 onça de arroz em caldo
6	Almoço	caldo de miolo de pão com 1 onça de açúcar
7	Almoço	2 onças de pão e 1,5 onça de chocolate

Apenas se especifica que a ração 6 é destinada a catarrosos e doentes de peito, mas percebe-se que as rações correspondem a uma gradação que vai da 1, para os doentes mais débeis, à 4 para os mais robustos. A galinha é reservada para os mais fracos que não suportam comidas pesadas. Certamente o carneiro fora já totalmente banido. Não estão previstos nem o vinho, nem os doces. Como sempre, é fornecida maior quantidade de carne do que de pão ou arroz.

A 3 de Maio de 1823 volta a regulamentar-se esta matéria, prescrevendo-se dietas muito semelhantes:

Quadro 5 – Alimentação prescrita em 1823

Ração	Refeições	Dieta
1	Todas	4 caldos de carne diários
2	Todas	4 caldos de carne diários + jantar: 2 onças de pão em sopa e 1 onça de arroz + ceia: 2 onças de pão em sopa
3	Todas	almoço: 1 onça de arroz em caldo + jantar: 1 tigela de caldo, 1/2 arrátel de carne, 3 onças de pão, 1 onça de arroz e 4 onças de vinho + ceia: 1 tigela de caldo, 1 quarta de carne, 3 onças de pão, 1 onça de arroz (ou vegetais ou aletria) e 4 onças de vinho
4	Todas	almoço: 1 onça de arroz em caldo + jantar: 1 tigela de caldo, 1/2 arrátel de carne, 6 onças de pão, 2 onças de arroz e 4 onças de vinho + ceia: 1 tigela de caldo, 1 quarta de carne, 6 onças de pão, 1 onça de arroz (ou vegetais ou aletria) e 4 onças de vinho
5	Todas	almoço: 1 onça de arroz em caldo + jantar: 1 tigela de caldo, 1/4 de maquia de feijão ou grão-de-bico adubados, 6 onças de pão e 4 onças de vinho + ceia: 1 tigela de caldo, 1/4 de maquia de feijão ou grão-de-bico adubados, 6 onças de pão e 4 onças de vinho

Esclarece-se ainda que no dia da entrada os doentes comem a ração 2, que as rações 1 e 2 podem ser acrescentadas com outros géneros que serão chamados “extraordinários”, mas os doentes com rações 3 e 4 só poderão ser aumentados em quantidade. Tanto os extraordinários de 1 e 2 como os reforços de 3 e 4 serão revistos diariamente.

Percebe-se que a ração 5 é destinada aos funcionários. Repare-se que não tem carne nem peixe e o arroz só é fornecido na primeira refeição diária e em caldo. A alimentação da *família* do

<sup>56</sup> *Jornal de Coimbra*, n.º 57, Parte I, 1818, pp. 184-185.

<sup>57</sup> AUC, *Hospitais da Universidade. Regulamentos interinos...*, fls. 29vº-30.

hospital é exclusivamente vegetal. Verifica-se, uma vez mais, a total ausência de ovos, lacticínios e frutas. As sardinhas e bacalhau desapareceram das ementas do pessoal.

Também aqui as rações de 1 a 4 se destinam aos doentes consoante o seu estado de debilidade, indo dos mais fracos aos mais fortes. A dieta dos enfermos continua com quantidades absolutas maiores de carne do que de arroz ou mesmo de pão e o vinho faz parte da alimentação dos menos débeis. Como o regime alimentar proporcionado aos doentes era aplicado apenas durante os poucos dias do internamento, tinha, por certo, muito mais vantagens do que inconvenientes. O mesmo não se pode dizer sobre a alimentação fornecida aos funcionários, que sofria de graves carências.

As rações 1 e 2 são impossíveis de quantificar, mas a alimentação diária dos doentes contemplados pela dieta 3 está definida: 174 gr. de pão, 345 gr. de carne, 87 gr. de arroz, 232 cc. de vinho e 2 tigelas de caldo. A ração 4 é bastante mais abundante: 348 gr. de pão, 345 gr. de carne, 116 gr. de arroz, 232 cc. de vinho e 2 malgas de caldo. Se compararmos esta alimentação com a que fora imposta por José Monteiro da Rocha, verifica-se uma nítida diminuição nas quantidades, sendo os géneros utilizados muito semelhante.

A dieta 3 só no pão, carne de vaca e arroz contém 91 gr. de proteínas, 175 gr. de glícidos e 56 gr. de gorduras, nutrientes que fornecem, com o vinho, 1723 calorías. A 4ª ração compõe-se, nos mesmos géneros, de 104 gr. de prótidos, 305 gr. de glícidos e 58 gr. de lípidos, proporcionando energia no valor de 2.307 calorías (incluindo o vinho). O valor calórico destas refeições é, pois, muito menor do que o prescrito em 1799 e do que se praticava em 1802.

Quanto aos funcionários, alimentavam-se diariamente com um regime pesado, monótono e desequilibrado: 348 gr. de pão, 29 gr. de arroz, 2 tigelas de caldo, 431 gr. de feijão ou grão e 232 cc. de vinho, além do azeite que adubava as leguminosas. Esta dieta proporcionava no pão, grão de bico, arroz e 30 gramas de azeite 106 gr. de proteínas, 467 gr. de glícidos e 46 gr. de gorduras, isto é, 2.862 calorías com o vinho.

## Conclusão

Na época em apreço, os vocábulos hospital, doente hospitalizado e funcionário (nomeadamente enfermeiro), tinham acepções muito distintas das actuais.

Apesar da fragilidade ao nível da higiene e terapêutica, não se entrava no Hospital Real de Coimbra para morrer. As taxas de cura (ou melhor, de alta) ultrapassaram sempre os 85%. O êxito devia-se, sem qualquer dúvida, à alimentação.

Os hospitalizados eram em geral pessoas desnutridas e esgotadas, pois só gente pobre recorria ao tratamento hospitalar. Ao entrarem no hospital encontravam abrigo e comida três vezes ao dia. Esta assumia, pois, um valor terapêutico excepcional.

O pão, a carne e o arroz, servidos em abundância, constituíam um tratamento de choque, fornecendo aos organismos debilitados os nutrientes de que careciam. Como permaneciam pouco tempo no hospital esta dieta monótona, tão parca em vegetais crus e totalmente destituída de peixe, ovos e lacticínios não se revelava imprópria. Os médicos estavam bem conscientes disso. Os médicos do Hospital Real de Coimbra começavam por não prescrever nenhum medicamento, observando como o doente reagia ao descanso e alimentação. Só depois de verificarem que o problema não era a desnutrição e/ou esgotamento, iniciavam a terapêutica medicamentosa. Uma sábia opção, fruto da experiência adquirida pelo conhecimento do tipo social que frequentava as enfermarias hospitalares.

Pelo contrário, o regime alimentar que os Hospitais da Universidade de Coimbra impunham aos seus funcionários e aos doentes do Hospital de S. Lázaro era completamente inadequado, o que se tornava ainda mais grave porque era aí que viviam e aí faziam todas as suas refeições. Se os empregados podiam canalizar parte dos seus parcos rendimentos para diversificarem as suas refeições, já aos lázaros, internados vitaliciamente e, sem dúvida, em grande parte destituídos de apoios familiares, nada mais lhes restava do que os alimentos fornecidos pela instituição e o recurso a esmolas ou à venda de artefactos, cuja memória permanece em Coimbra com a recriação anual da Feira dos Lázaros.